

RECOMENDAÇÕES DA 1ª JORNADA NACIONAL DE LUTA CONTRA A CRIMINALIDADE ORGANIZADA PELA LIGA

O país tem vindo lamentavelmente nestes últimos anos a ser confrontado com actos e comportamentos lesivos a moral pública. A onda de criminalidade que se assiste impavidamente, tem vindo a prender as atenções da sociedade guineense. São actos que constituem um grave atentado contra a tranquilidade dos cidadãos e ao mesmo tempo obstaculizam a efectivação dos demais direitos elementares da pessoa humana.

Na perspectiva de se identificar o real enraizamento deste fenómeno nefasto e de se desencadear uma ofensiva multidireccional para a sua gradual erradicação, a Liga Guineense dos Direitos Humanos decidiu organizar a 1ª Jornada Nacional de Luta contra a Criminalidade de 4 a 9 de Maio do corrente ano.

Sendo uma questão nacional que a todos concerne, entendeu a LGDH parceriar na organização desta jornada, diferentes instituições públicas e de carácter social, nomeadamente: o Ministério Público, de Administração Interna, Ministério de Educação, Ministério da Justiça, Secretaria de Estado de Comunicação Social, AMAE e Associações de Jovens.

Durante a jornada foram realizadas nos diferentes Bairros da capital e nas regiões, várias actividades de informação e sensibilização, nomeadamente palestras para os Agentes de ordem pública, agentes de Brigada de Intervenção Rápida e das Forças Armadas, sobre a problemática da criminalidade. Foi feito um trabalho de Sensibilização a nível das Escolas do ensino básico complementar ao nível do país, actividades culturais e recreativas, debates rádio-televisivos, sobre as raízes do crime, e estratégias para o seu combate.

O objectivo principal desta jornada, foi de sensibilizar e dar a conhecer aos órgãos da soberania nacional, a opinião pública nacional e internacional o alto nível de criminalidade que se verifica no país, os seus reflexos negativos no processo do desenvolvimento sócio-económico do país, para que as entidades competentes possam assumir as suas reais responsabilidades e traçar estratégias para a sua gradual erradicação.

Considerando que a criminalidade só começou a ganhar amplitude depois da liberalização económica, em consequência da qual geraram-se fenómenos jamais vistos no nosso país, acentuando cada vez mais o nível da pobreza dos cidadãos mais carenciados;

Tendo em atenção de que a falta de patrul-



hamento nocturno nos bairros da capital e no resto do país, contribuiu sobremaneira na proliferação dos gatunos e malfeitores que têm vindo a inquietar a população indefesa;

Considerando que a falta de uma política realista e de enquadramento lançou vários jovens ao mundo de estupefacientes e outros vícios e atitudes menos dignas e de baixa moral;

Considerando que as reais raízes da criminalidade assentam na má política dos sucessivos governos deste país;

Os participantes na Primeira Jornada Nacional de Luta contra a Criminalidade, recomendam:

AO GOVERNO

- A adopção de políticas realistas no domínio económico, social e cultural;

- Criação de condições e disponibilização de meios técnicos, materiais e financeiros necessários ao cumprimento de missões a bem da pátria reservados aos agentes de segurança e ordem pública e responsáveis pela aplicação da justiça, nomeadamente ao Ministério Público, da Justiça (PJ e Tribunais), da Administração Interna (POP, BIR);

- A melhoria de condições salariais e outros incentivos aos agentes da ordem em particular e aos funcionários públicos em geral;

- Criação de postos de emprego, adopção de um ensino alternativo através de Formação técnico profissional para os jovens;

- Criação de infra-estruturas nas regiões, nomeadamente escolas de ensino básico complementar, Hospitais projectos de desenvolvimento social, incentivar a criação de micro-empresas, centros sociais de recreação entre outros, com o objectivo de travar o êxodo rural dos jo-vens do campo para a cidade;

- Criação de prisões de alta segurança em todo o país;

- Criação de centros de acolhimento para menores delinquentes;

- Introdução no curriculum escolar de uma disciplina de Educação Cívica e moral sobre os direitos humanos e cidadania;

- A elaboração e aprovação urgente do código da família;

- O respeito aos cidadãos;

- Recolha e recenseamento de todas as armas de guerra na posse de pessoas não autorizadas;

- Desmobilização e reinserção na sociedade civil de todos os menores que se encontram no exército.

À SOCIEDADE CIVIL

- Uma estreita colaboração com as autoridades competentes no combate a criminalidade através de denúncias e outras formas de desmascaramento e desencorajamento dos criminosos;

- É dever da família colaborar na educação e formação da nova geração com vista a garantir uma sociedade isenta de delinquentes e criminosos;

- Aos pais e encarregados de educação, a interdição dos seus filhos menores o acesso a casas de espectáculos e discotecas, fora de horas normais;

- O respeito escrupuloso aos agentes da Ordem Pública, militares e para-militares;

- Colaborar na preservação, conservação e a manutenção do património do Estado;

- O estrito respeito aos órgãos do Estado e as leis, por forma a evitar o recurso a justiça com as próprias mãos.